



REUNIÃO ORDINÁRIA DA CÂMARA MUNICIPAL DE SESIMBRA REALIZADA NO DIA 05 DE SETEMBRO DE 2018

Antes da Ordem do Dia a Câmara deliberou, por unanimidade, justificar a falta do Vereador Dr. José Henrique Peralta Polido, por se encontrar de férias.

Ainda antes da Ordem do Dia, foi presente a Moção subscrita pelo Senhor Presidente, pela Vice-Presidente, Senhora Dr.^a Felícia Costa, e pelo Vereador Senhor Eng.^o Sérgio Marcelino, subordinada ao tema “Pelo Fim da Concessão à FERTAGUS, SA com Integração na CP, EPE do Serviço de Transporte Ferroviário de Passageiros entre Setúbal e Lisboa”, que mais adiante se passa a transcrever, tendo a Câmara deliberado, por unanimidade, não apreciar o assunto e agendá-lo para a próxima reunião ordinária:

“A população do concelho de Sesimbra, assim como todos os que habitam na Área Metropolitana de Lisboa, vive com um grande défice de mobilidade na oferta do serviço público de transportes, acrescida de elevados custos. Entre os elementos que contribuíram para a situação vigente salienta-se a privatização da Rodoviária Nacional, a concessão à FERTAGUS - Travessia do Tejo, Transportes, SA do transporte ferroviário entre Lisboa e Setúbal pela Ponte 25 Abril, do metro ligeiro de superfície à Metro Transportes do Sul, SA (MTS, SA), ambas pertencentes ao universo empresarial do Grupo Barraqueiro e da Arriva PLC, o agravamento dos preços dos bilhetes e passes assim como o não alargamento a toda a região e a todos os operadores do Passe Social Intermodal.

As consequências destas opções políticas estão à vista, com uma oferta de transportes públicos dominada pelos operadores privados que se caracteriza por ser diminuta e a preços elevadíssimos.

Por via disso, o transporte coletivo que era utilizado por 51% das pessoas em 1991, passou para 28%, em 2011, a par do transporte individual que passou de 26% em 1991 para 45% em 2011, ou seja, foram empurrados para o transporte individual milhares de cidadãos.

Entre as várias medidas que se impõe serem tomadas visando melhores transportes públicos e mobilidade das populações está a das

reversões das Parcerias Pública Privada (PPP) das concessões ferroviárias à FERTAGUS, SA e MTS que custaram ao Estado entre 1999 e 2013, 202,5 milhões de euros conforme foi apurado em auditoria efetuada pelo Tribunal de Contas.

Um serviço ferroviário que se efetua com comboios públicos, a circular em linhas públicas e utiliza estações públicas, mas que depois é explorado por um operador privado, em que o Estado assume os custos, a FERTAGUS, SA recebe as receitas e ainda se recusa a pagar às Infraestruturas de Portugal, SA (IP, SA) a taxa de circulação devida.

A Câmara Municipal de Sesimbra, saúda o Manifesto entregue pela Comissão de Utentes de Transportes da Margem Sul a exigir a integração desta concessão na Comboios de Portugal, EPE (CP, EPE) e entregue na Assembleia da República e no Gabinete do Primeiro Ministro, no passado dia 17 de Julho de 2018.

Com o terminar do contrato de concessão à FERTAGUS, em 31 de Dezembro de 2019, da exploração comercial da ligação ferroviária entre Lisboa e Setúbal pela Ponte 25 de Abril está aberta uma oportunidade de pugnar pelo fim desta experiência, integrando este serviço na CP, EPE.

Com a integração deste serviço ferroviário na CP, EPE, ganha o País que vê reduzida a apropriação de recursos públicos em favor dos grupos privados, ganham os utentes pois passam a pagar menos, a ter acesso ao passe intermodal e ao estacionamento gratuito junto às estações. Ganham os trabalhadores da FERTAGUS que ao serem integrados na CP, EPE e na EMEF, melhoraram as suas condições de trabalho, rendimentos e direitos.

Assim, a Câmara Municipal de Sesimbra reunida no dia 5 de setembro de 2018, delibera:

- subscrever o Manifesto entregue pela Comissão de Utentes de Transportes da Margem Sul a exigir a integração da concessão, da exploração do serviço de transporte ferroviário suburbano de passageiros no Eixo Ferroviário Norte-Sul da Região de Lisboa, com extensão a Setúbal, na Comboios de Portugal, EPE (CP, EPE);
- afirmar a necessidade do Governo proceder à reversão da PPP da concessão ferroviária à FERTAGUS, em final do contrato, integrando o seu serviço na CP, EPE e a plena integração no Passe Social Intermodal.”

REQUERIMENTOS E PROCESSOS

1. Operações de Loteamento – loteamento urba-

no – aprovação do projeto das obras de urbanização – condições do alvará – Lagoa de Albufeira – José Carlos Trindade – retificação de parte da deliberação de 22.Agosto.2018, no que respeita ao valor das taxas urbanísticas

(41/18 - Vice-Presidente - Ordenamento do Território e Urbanismo)

Deliberação: Aprovado, por unanimidade.

PESSOAL

Mobilidade intercarreiras – consolidação – Fernanda Botinas (SGD 15.681/18) - Presidente - Recursos Humanos) Deliberação: Aprovado, por unanimidade.

Mobilidade intercarreiras – consolidação – Florbela Severo (SGD 15.703/18) - Presidente - Recursos Humanos) Deliberação: Aprovado, por unanimidade.

Mobilidade intercarreiras – consolidação – Maria Helena Cordeiro (SGD 15.705/18) - Presidente - Recursos Humanos) Deliberação: Aprovado, por unanimidade.

Mobilidade intercarreiras – consolidação – José Acácio Rosendo (SGD 14.027/18) - Presidente - Recursos Humanos) Deliberação: Aprovado, por unanimidade.

DELIBERAÇÕES DIVERSAS

Ampliação da Escola Básica N.º 2 da Quinta do Conde – prorrogação do prazo para apresentação das propostas – ratificação (Presidente) (SGD 13.871/18 - Presidente)

Deliberação: Aprovado, por unanimidade.

Fornecimento de refeições em regime de confeção local e de refeições transportadas para os jardins-de-infância e escolas básicas do 1.º ciclo da rede pública do concelho de Sesimbra – gestor do contrato – nomeação – relatório final – minuta – aprovação (SGD 14.141/18 - Presidente - Finanças e Património)

Deliberação: Aprovado, por unanimidade.

Transferência de competências da Administração Central no ano de 2019 – não aceitação – envio à Assembleia Municipal (SGD 13.949/18 - Presidente)

Deliberação: Aprovado, por maioria, com os votos a favor do Senhor Presidente, da Vice-

Ficha Técnica:

Propriedade e Edição Câmara Municipal de Sesimbra | Diretor Francisco Jesus (presidente) | Processamento e organização de conteúdos Secção de Apoio Administrativo da CM Sesimbra | Coordenação, paginação, revisão e distribuição Unidade Funcional de Comunicação e Informação da CM Sesimbra | Projeto Gráfico Bruno Campos | Paginações Hugo Flório | Periodicidade Mensal | Tiragem 100 exemplares | ISSN 1646-6640 | Depósito Legal 253527/07



Presidente e dos Vereadores Eng.º Sérgio Marcelino e Francisco Luís, e com a abstenção dos Vereadores Dr. Américo Gegaloto e Dr. Carlos Silva, que produziram declaração de voto.

Provas Desportivas de Setembro e Outubro de 2018 – regata de aiolas e travessia da baía – normas de participação – aprovação (SGD 13.983/18 - Presidente - Desporto)
Deliberação: Aprovado, por unanimidade.

Piscina de Sesimbra – preços 2018 – aprovação – retificação da deliberação de 6.Junho.2018 (SGD 14.013/18 - Presidente - Desporto)
Deliberação: Aprovado, por unanimidade.

INFORMAÇÕES DO PRESIDENTE – OUTRAS – PELOUROS DA JUVENTUDE E DO TURISMO

A Câmara tomou conhecimento do seguinte:

- Do Gabinete de Projetos, Gestão e Fiscalização de Obras, a dar conta que relativamente à empreitada da obra “Pavimentação da Estrada dos Murtinhais na Lagoa de Albufeira”, existem condições para se proceder à 5.ª fase da liberação da caução. (SGD 13.780/18).
- Do Gabinete Municipal da Juventude a dar conta do Relatório do projeto “Férias Jovem - Brincar Sesimbra 2018”. (SGD 13.892/18).
- Do Gabinete do Turismo a remeter o Relatório de Inquéritos de Satisfação sobre o Campeonato Europeu de Vela 2018. (SGD 12.410/18)

INFORMAÇÕES – DECISÕES DA VICE-PRESIDENTE

A Câmara tomou conhecimento dos:

- Despachos de gestão urbana – zona oriental de 23 de Agosto de 2018.

INFORMAÇÕES – DECISÕES DO VEREADOR DO PELOURO DE FINANÇAS E PATRIMÓNIO

A Câmara tomou conhecimento do seguinte:

- Da Unidade de Contabilidade a enviar a 16.ª alteração ao Orçamento e a 14.ª alteração às GOP's 2018, documentos aprovados pelo respetivo Vereador (SGD 13.729/18)
- Da Unidade de Contabilidade a enviar a 17.ª alteração ao Orçamento e a 15.ª alteração às GOP's 2018, documentos aprovados pelo respetivo Vereador (SGD 13.855/18)

PERÍODO DE INTERVENÇÃO ABERTO AO PÚBLICO

Encerrada a ordem de trabalhos, foi aberto o período de intervenção ao público, não tendo havido qualquer tipo de pedido de esclarecimento.

REUNIÃO ORDINÁRIA DA CÂMARA MUNICIPAL DE SESIMBRA REALIZADA NO DIA 19 DE SETEMBRO DE 2018

Antes da Ordem do Dia a Câmara deliberou, por unanimidade, justificar a falta da Senhora Vice-Presidente Dr.ª Felícia Maria Cavaleiro da Costa, por se encontrar de férias.

Ainda antes da Ordem do Dia, foi de novo presente a Moção subscrita pelo Senhor Presidente, pela Vice-Presidente e pelo Vereador Eng.º Sérgio Marcelino, que mais adiante se passa a transcre-

ver, por não ter sido apreciada na reunião de 05 do corrente, tendo a Câmara Municipal deliberado, por maioria, aprová-la com os votos a favor do Senhor Presidente e dos Vereadores Dr. José Polido e Eng.º Sérgio Marcelino, com a abstenção do Vereador Francisco Luís e com os votos contra dos Vereadores Dr. Américo Gegaloto e Dr. Carlos Silva, que produziram declaração de voto:

“PELO FIM DA CONCESSÃO À FERTAGUS, SA COM A INTEGRAÇÃO NA CP, EPE DO SERVIÇO DE TRANSPORTE FERROVIÁRIO DE PASSAGEIROS ENTRE SETÚBAL E LISBOA

A população do concelho de Sesimbra, assim como todos os que habitam na Área Metropolitana de Lisboa, vive com um grande défice de mobilidade na oferta do serviço público de transportes, acrescida de elevados custos. Entre os elementos que contribuíram para a situação vigente salienta-se a privatização da Rodoviária Nacional, a concessão à FERTAGUS - Travessia do Tejo, Transportes, SA do transporte ferroviário entre Lisboa e Setúbal pela Ponte 25 Abril, do metro ligeiro de superfície à Metro Transportes do Sul, SA (MTS, SA), ambas pertencentes ao universo empresarial do Grupo Barraqueiro e da Arriva PLC, o agravamento dos preços dos bilhetes e passes assim como o não alargamento a toda a região e a todos os operadores do Passe Social Intermodal.

As consequências destas opções políticas estão à vista, com uma oferta de transportes públicos dominada pelos operadores privados que se caracteriza por ser diminuta e a preços elevadíssimos.

Por via disso, o transporte coletivo que era utilizado por 51% das pessoas em 1991, passou para 28%, em 2011, a par do transporte individual que passou de 26% em 1991 para 45% em 2011, ou seja, foram empurrados para o transporte individual milhares de cidadãos.

Entre as várias medidas que se impõe serem tomadas visando melhores transportes públicos e mobilidade das populações está a das reversões das Parcerias Pública Privada (PPP) das concessões ferroviárias à FERTAGUS, SA e MTS que custaram ao Estado entre 1999 e 2013, 202,5 milhões de euros conforme foi apurado em auditoria efetuada pelo Tribunal de Contas.

Um serviço ferroviário que se efetua com comboios públicos, a circular em linhas públicas e utiliza estações públicas, mas que depois é explorado por um operador privado, em que o Estado assume os custos, a FERTAGUS, SA recebe as receitas e ainda se recusa a pagar às Infraestruturas de Portugal, SA (IP, SA) a taxa de circulação devida.

A Câmara Municipal de Sesimbra, saúda o Manifesto entregue pela Comissão de Utentes de Transportes da Margem Sul a exigir a integração desta concessão na Comboios de Portugal, EPE (CP, EPE) e entregue na Assembleia da República e no Gabinete do Primeiro Ministro, no passado dia 17 de Julho de 2018.

Com o terminar do contrato de concessão à FERTAGUS, em 31 de Dezembro de 2019, da exploração comercial da ligação ferroviária entre Lisboa e Setúbal pela Ponte 25 de Abril está aberta uma oportunidade de pugnar pelo fim desta experiência, integrando este serviço na CP, EPE.

Com a integração deste serviço ferroviário na CP, EPE, ganha o País que vê reduzida a apropriação de recursos públicos em favor dos grupos

privados, ganham os utentes pois passam a pagar menos, a ter acesso ao passe intermodal e ao estacionamento gratuito junto às estações. Ganham os trabalhadores da FERTAGUS que ao serem integrados na CP, EPE e na EMEF, melhoram as suas condições de trabalho, rendimentos e direitos.

Assim, a Câmara Municipal de Sesimbra reunida no dia 5 de setembro de 2018, delibera:

- subscrever o Manifesto entregue pela Comissão de Utentes de Transportes da Margem Sul a exigir a integração da concessão, da exploração do serviço de transporte ferroviário suburbano de passageiros no Eixo Ferroviário Norte-Sul da Região de Lisboa, com extensão a Setúbal, na Comboios de Portugal, EPE (CP, EPE);
- afirmar a necessidade do Governo proceder à reversão da PPP da concessão ferroviária à FERTAGUS, em final do contrato, integrando o seu serviço na CP, EPE e a plena integração no Passe Social Intermodal.”

O Manifesto referido na moção atrás transcrita é do seguinte teor:

“Manifesto - Basta de PPP com a FERTAGUS, queremos o serviço integrado na CP!

Por melhor e mais barato Transporte Público Ferroviário

Os transportes públicos são um dos problemas com que a Península de Setúbal se confronta e que tem por base uma insuficiente e cara oferta de transportes. Este facto constitui um entrave ao desenvolvimento e à melhoria das condições de vida da população.

Entre os elementos que contribuíram para a persistência deste problema estão a privatização da Rodoviária Nacional, a concessão à FERTAGUS do transporte ferroviário entre Lisboa e Setúbal pela Ponte 25 Abril, do Metro Ligeiro de Superfície à Metro Transportes do Sul (ambas empresas do grupo Barraqueiro), o agravamento dos preços dos bilhetes e passes e o não alargamento a toda a região e a todos os operadores do Passe Social-Intermodal.

As consequências destas opções políticas estão à vista – uma oferta de transportes públicos dominada pelos operadores privados que se caracteriza por ser diminuta e a preços elevadíssimos.

E por via disso, o transporte coletivo que era utilizado nas deslocações por 51% das pessoas em 1991, passou para 28%, em 2011, o transporte individual passou de 26% em 1991 para 45% em 2011, ou seja, foram empurrados para o transporte individual cerca de 19% do total das pessoas.

Entre as várias medidas que se impõe serem tomadas visando melhores transportes públicos e mais mobilidade das populações está a das reversões das Parcerias Público Privada das concessões ferroviárias à FERTAGUS e MTS que custaram ao estado entre 1999 e 2013, 202,5 milhões de euros conforme foi apurado em auditoria efetuada pelo Tribunal de Contas.

Um serviço ferroviário que se efetua com comboios públicos, a circular em linhas públicas e utiliza estações públicas, mas que depois é explorado por um operador privado, ou seja, o estado assume os custos, a FERTAGUS recebe as receitas e ainda se recusa a pagar à IP a taxa de circulação devida.

Com o terminar do contrato de concessão à FERTAGUS da exploração comercial da ligação ferroviária entre Lisboa e Setúbal pela Ponte 25 de Abril em 2019 está aberta uma oportunidade

de pugnar pelo fim desta experiência, integrando o serviço na CP.

Com a integração deste serviço ferroviário na CP, ganha o país que vê reduzido o esbulho de recursos públicos em favor dos grupos privados. Ganham os utentes pois passam a pagar menos, a ter acesso ao passe intermodal e ao estacionamento gratuito junto às estações.

Ganham os trabalhadores da FERTAGUS que ao serem integrados na CP e na EMEF, melhoram as suas condições de trabalho, rendimentos e direitos.

Com o fim desta Parceria Pública Privada e a integração deste serviço na CP é tomada uma medida que garante um serviço público de qualidade, promove uma maior utilização do transporte público, com a consequente redução do transporte individual, descongestionando a rede viária e a Ponte 25 de Abril com enormes benefícios económicos, ambientais e na qualidade de vida das populações.

Com o fim desta Parceria Pública Privada e a integração deste serviço na CP ganhamos todos – país, utentes e trabalhadores.

Apelamos aos trabalhadores, às populações, aos democratas e patriotas, para que se unam num vasto movimento de opinião, iniciativa e luta, capaz de fazer ouvir bem alto a exigência do fim da PPP com a FERTAGUS, e defesa da integração do serviço na CP com enormes benefícios ambientais e para a qualidade de vida das populações da Península de Setúbal.”

REQUERIMENTOS E PROCESSOS

Operações de loteamento – loteamento urbano – alteração ao alvará n.º 13/86 – alteração da configuração dos lotes 1 e 1A – Fonte Esquerda – Mário Neto, Alcino Gomes e Hélio Gomes (42/18 - Vice-Presidente - Ordenamento do Território e Urbanismo)
Deliberação: Aprovado, por unanimidade.

AUGI 15 da Lagoa de Albufeira – alteração ao alvará n.º 11/97 – limites do polígono de implantação do lote 78 – Lagoa de Albufeira – Fátima Farinha (14.763/18 - Vice-Presidente - Ordenamento do Território e Urbanismo)
Deliberação: Aprovado, por unanimidade.

PESSOAL

Reserva de recrutamento – um assistente operacional (varejador) (SGD 14.369/18) - Presidente - Recursos Humanos) Deliberação: Aprovado, por unanimidade.

Reserva de recrutamento – dois técnicos superiores (engenheiros civis) (SGD 14.535/18) - Presidente - Recursos Humanos)
Deliberação: Aprovado, por unanimidade.

DELIBERAÇÕES DIVERSAS

Nova conduta distribuidora do setor da Azoia – adjudicação – relatório final – aprovação (SGD 14.866/18 - Presidente)
Deliberação: Aprovado, por unanimidade.

Aquisição de comunicações fixas e móveis de voz e dados para a Câmara Municipal – relatório final – adjudicação – minuta do contrato – aprovação

e designação do gestor do contrato (SGD 14.736/18 - Vereador - Tecnologias e Sistemas de Informação)
Deliberação: Aprovado, por unanimidade.

Fornecimento de energia elétrica para as instalações do Município de Sesimbra alimentadas em média tensão, baixa tensão especial e baixa tensão normal – adjudicação (SGD 14.711/18 - Vereador - Obras Municipais)
Deliberação: Aprovado, por unanimidade.

Ampliação da escola básica n.º 2 da Quinta do Conde – resposta ao pedido de esclarecimentos e erros e omissões – aprovação – ratificação (Presidente)
(SGD 14.822/18 - Presidente)
Deliberação: Aprovado, por unanimidade.

Placa de xisto calcolítica da Lapa do Bugio – cedência temporária ao Museu Arqueológico e Etnográfico do Distrito de Setúbal para inclusão na exposição “As Placas de Xisto Gravadas do Ocidente Peninsular, vistas ao perto e de longe” – celebração de contrato de comodato entre o Município de Sesimbra e a Associação de Municípios da Região de Setúbal – minuta – aprovação (SGD 14.726/18 - Vice-Presidente - Museus)
Deliberação: Aprovado, por unanimidade.

Clubes e Associações com atividade desportiva regular – subsídios mensais, no âmbito do Regulamento Municipal de Apoio Financeiro ao Associativismo Desportivo – prorrogação de concessão – Setembro a Dezembro/2018 (SGD 11.963/18 - Presidente - Desporto)
Deliberação: Aprovado, por unanimidade.

Dia Mundial do Turismo’27.Setembro – workshop “Assador de Peixe – Outra Vez Pêxe Assade” (Manuel André Dias Pinto) e realização da atividade “Arte Xávega – chincha” (Armador Joaquim Paulo Santos) – subsídios eventuais (SGD 14.564/18 - Presidente - Turismo)
Deliberação: Aprovado, por unanimidade.

Comissão de Festas em Honra de Nossa Senhora do Cabo Espichel’2018 – subsídio eventual (SGD 14.487/18 - Vice-Presidente - Cultura)
Deliberação: Aprovado, por unanimidade.

Grupo Desportivo de Sesimbra – Estádio Municipal Vila Amália – relva natural – manutenção, reparação e reposição – subsídio eventual (SGD 14.144/18 - Presidente - Desporto)
Deliberação: Aprovado, por unanimidade.

Associação de Desenvolvimento da Quinta do Conde – manutenção do relvado – campo de futebol de 11 – Regulamento Municipal de Apoio Financeiro ao Associativismo Desportivo – subsídio eventual (SGD 13.969/18 - Presidente - Desporto)
Deliberação: Aprovado, por unanimidade.

Reuniões ordinárias do mês de Outubro – alteração das datas (Presidente)
Deliberação: Aprovado, por unanimidade. 1.ª reunião – passa do dia 3 para o dia 9 2.ª reunião – passa do dia 17 para o dia 24 à mesma hora (10 horas) e no mesmo local (Sala Polivalente da Biblioteca Municipal)

INFORMAÇÕES DO PRESIDENTE – PELOURO DE AMBIENTE E SUSTENTABILIDADE

A Câmara tomou conhecimento do seguinte:

- Do Gabinete Municipal de Ambiente e Sustentabilidade a dar conhecimento da análise efetuada pela ARH-Administração da Região Hidrográfica do Tejo e Oeste (APA- Agência Portuguesa do Ambiente) a respeito do parecer desta Câmara Municipal, emitido através do ofício n.º 8.932/18, de 16 de Maio, no que toca ao “Programa da Orla Costeira Alcobaça-Cabo Espichel – Identificação das disposições dos planos territoriais preexistentes incompatíveis e forma e prazo de atualização”. (SGD 33.321/18)

INFORMAÇÕES VEREADOR – PELOURO DAS FINANÇAS E PATRIMÓNIO

A Câmara tomou conhecimento do seguinte:

- Da Unidade de Contabilidade a enviar a relação das despesas efetuadas pelos diversos serviços com o fundo de maneio, durante o mês de Agosto/2018. (SGD 14.829/18)

PERÍODO DE INTERVENÇÃO ABERTO AO PÚBLICO

Encerrada a ordem de trabalhos, foi aberto o período de intervenção ao público:

- Tendo usado da palavra a Senhora D. Anabela Rocha para colocar as seguintes questões:
- para quando estava prevista a conclusão da revisão do Plano Diretor Municipal de Sesimbra;
- se estava prevista a elaboração de um novo Relatório do Estado do Ordenamento do Território (REOT) - Fundamentação da Revisão do Plano Diretor Municipal de Sesimbra, visto que a existente tem mais de 10 anos (2007);
- se existia um Plano de Gestão Ambiental para todo o Concelho por forma a serem claros os condicionantes ao Plano Diretor Municipal;
- se existia um Plano de Gestão Florestal da Mata da Amieira que por exigência do PROF AML - Plano Regional de Ordenamento Florestal da Área Metropolitana de Lisboa, já deveria estar concluído em 2009;
- se foi divulgada a resposta da APA/ARH Tejo e Oeste ao parecer desta Câmara Municipal (ofício n.º 8.931/18, de 16 de Maio) , relativa ao processo Programa da Orla Costeira Alcobaça/Cabo Espichel – conclusão dos trabalhos, bem como da declaração de voto produzida na reunião de 23 de Maio de 2018 pelo Vereador Dr. Américo Gegaloto;
- se houve sessão de esclarecimento à população no que respeita às zonas de intervenção do Programa Aldeia Segura Pessoas Seguras, ou seja no interface urbano-florestal e não das povoações, e exigir ao Pelouro da Proteção Civil que diga onde ficam as faixas de gestão de combustível, para que se acabem com abusos no abate, que está a descaracterizar as nossas paisagens.
- Usou depois da palavra o Senhor Gonçalo Ferreira para perguntar se cabe à Câmara Municipal a gestão de combustível no interior de lotes privados.
- Sobre as questões levantadas pela Senhora D. Anabela Rocha, o Senhor Presidente esclareceu que está a decorrer a Revisão do Plano Diretor Municipal e que está a sua submissão a discussão pública está prevista para Outubro ou Novembro do ano em curso.
- Quanto ao pedido de documentos, o Senhor Presidente informou que todo o Município pode ter acesso a qualquer documentação, desde que a solicite por escrito ao Presidente da Câmara.

- No que se refere à Mata da Amieira o Senhor Presidente esclareceu que a mesma não é propriedade do Município mas sim do Estado Português.
- Depois e sobre o Programa Aldeia Segura Pessoas Seguras, o Senhor Presidente informou que abrangida pelo citado Programa, no Concelho de Sesimbra, era só a Aldeia do Parral.
- De seguida, o Senhor Presidente referiu que os documentos relativos às faixas de gestão de combustível se encontram disponíveis on-line.
- Ainda sobre a mesma questão o Vereador Francisco Luís informou que qualquer município que quisesse saber de uma área em concreto, tinha de o solicitar ao Serviço Municipal de Proteção Civil.
- Sobre a questão relativa ao Programa da Orla

Costeira Alcobaça/Cabo Espichel, o Senhor Presidente esclareceu que existe um conjunto de normas de incompatibilidade para com o PDM, encontram-se, neste momento, a equipa técnica a realizar os devidos ajustes, pelo que, só depois será publicado.

Água 3, lotes 93 e 82 – valor da licença 394,56€ – *STP 96,00m3 – Deferido

Processo n.º 233/1982 – Manuel Fernandes Victória Mestre e outros – Legalização de alterações – Boa Água 1, lote 655 – valor da licença 54,69€ – Deferido

STP = Superfície Total de Pavimento

DESPACHOS DA VICE-PRESIDENTE DA CÂMARA ZONA ORIENTAL

(Por delegação do Executivo)

Reunião de 5 de Setembro de 2018

de 23 de Agosto de 2018

Processo n.º 207/1982 – Isabel Maria da Silva Camacho e outra – Legalização de piscina – Boa

AVISO

EDITAL N.º 81/2018 - "GAP/UAAM"

2.º ADITAMENTO AO ALVARÁ DE LOTEAMENTO N.º 20/1986

JOAQUINA ODETE MARTINS DA GRAÇA, PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE SESIMBRA

FAZ PÚBLICO, nos termos da alínea l) do n.º 1 do art. 19.º do Regimento deste Órgão Autárquico, que a Assembleia Municipal na sua sessão ordinária realizada no dia 13 de setembro de 2018, tomou as seguintes deliberações:

Período de Antes da Ordem do Dia

Aprovou por unanimidade a ata, aprovada em minuta, de 16 de março de 2018.

PERÍODO DE INTERVENÇÃO ABERTO AOS CIDADÃOS

este período interveio a Cidadã Ana Luísa Moreira Martins dos Santos que se pronunciou sobre a necessidade e lombas na rua do Parque do Cabedal frente ao lote 5.

Foram prestados esclarecimentos pelo Presidente da Câmara Municipal e pelo Vereador Sérgio Marcelino.

PERÍODO DA ORDEM DO DIA

1º Ponto da Ordem de Trabalhos

Apreciação da atividade municipal;

Sobre este assunto foram feitas avaliações sobre a atividade municipal e solicitados esclarecimentos à Câmara Municipal.

2º Ponto da Ordem de Trabalhos

Nomeação do Conselho Municipal de Educação;

A Assembleia Municipal estando presentes 23 eleitos, nomeou, sob proposta da Câmara Municipal, por unanimidade, o Conselho Municipal de Educação de Sesimbra constituído pelos seguintes membros: Presidente da câmara municipal, Francisco Manuel Firmino de Jesus; Presidente da assembleia municipal, Joaquina Odete Martins da Graça; Vereadora do pelouro da educação, Felícia Maria Cavaleiro da Costa; Presidente da junta de freguesia eleito pela assembleia municipal, em representação das freguesias do concelho, Vítor Ribeiro Antunes (Presidente da junta de freguesia da Quinta do Conde); Delegado Regional de Educação de Lisboa e Vale do Tejo (DGEstE), Francisco Neves, sendo representado por Ana Cristina Simões Pereira Neto; Diretora do Agrupamento de Escolas Navegador Rodrigues Soromenho (Santiago), Ana Paula Neto; Diretor do Agrupamento de Escolas de Sampaio (Castelo), Rui do Bem; Diretor do Agrupamento de Escolas da Boa Água (Quinta do Conde), Nuno Mantas; Diretor do Agrupamento de Escolas da Quinta do Conde (Quinta do Conde), Luís Pacheco; Diretor do Agrupamento de Escolas Michel Giacometti (Quinta do Conde), Eduardo Cruz; Um representante do pessoal docente do ensino secundário público, Henrique Pinto Gonçalves (Agrupamento de Escolas Michel Giacometti); Um representante do pessoal docente do ensino básico público, Ana Filipa Cardoso de Almeida Chambel (Agrupamento de Escolas de Sampaio), e como suplente, Maria João Páscoa (Agrupamento de Escolas Navegador Rodrigues Soromenho); Um representante do pessoal docente da educação pré-escolar pública, Susana Maria Gato Rodrigues Polido Pinhal (Agrupamento de Escolas de Sampaio) e como suplente, Avelina Maria Gordinho (Agrupamento de Escolas Michel Giacometti); Um representante dos estabelecimentos de educação e de ensino básico e secundário privados, Susana Sobral (colégio Educa a Brincar); Dois representantes das associações de pais e encarregados de educação: Um representante das Associações de Pais e Encarregados de Educação das freguesias de Santiago e Castelo, a Associação de Pais e Encarregados de Educação do Agrupamento de Escolas de Sampaio (Filipa Alexandre Rodrigues Mendes Gomes, tendo como suplente, Vera Margarida Modesto Loureiro); e como representante das Associações de Pais e Encarregados de Educação da freguesia da Quinta do Conde, a Associação de Pais e Encarregados de Educação, da Escola Básica Integrada da Quinta do Conde (Ana Maria Simões Reis de Oliveira, tendo como suplente, Pedro Martins); Um representante das associações de estudantes: Associação de Estudantes da Escola Secundária Michel Giacometti (Diogo Manuel Eusébio Vieira), podendo nos impedimentos do seu representante, ou elementos por si designados, a Associação de Estudantes da Escola Secundária de Sampaio, ser suplente; Um representante das instituições particulares de solidariedade social, Fernando Manuel Cristóvão Rodrigues (Centro Paroquial Bem Estar Social do Castelo); Um representante dos serviços públicos de saúde, José Ramon Ruano Vicente, (Médico de Saúde Pública e Delegado de Saúde de Sesimbra); Um representante dos serviços da segurança social, Cármen Barradas; Um representante dos serviços de emprego e formação profissional, a designar; Um representante dos serviços públicos da área da juventude e do desporto, Eduarda Marques (Diretora Regional do IPDJ), tendo como sua suplente, Rosário Nunes; Um representante das forças de segurança, Primeiro-sargento, Nuno Miguel Pimentel dos Santos (Comandante do Posto Territorial de Sesimbra - Guarda Nacional Republicana).

3º Ponto da Ordem de Trabalhos

3. Transferência de competências da Administração Central no ano de 2019 – não aceitação

A Assembleia Municipal, estando presentes 24 eleitos, deliberou, sob proposta da Câmara Municipal, por maioria com 15 votos a favor (12 da CDU, 2 do PPD/PSD.CDS-PP e 1 do BE), e 9 abstenções (7 PS e 2 MSU):

1. A não aceitação da transferência de competências da Administração Central no ano de 2019, nos termos da alínea a) do n.º 2 do art.º 4.º da Lei n.º 50/2018, de 16 de Agosto;

2. Comunicar, nos termos da alínea a) do n.º 2 do art.º 4.º da Lei n.º 50/2018, de 16 de Agosto à DGAL a deliberação de não aceitação de transferência de competências da Administração Central no ano de 2019.

Foram prestadas Declarações de Voto pelos Grupos Municipais da CDU, PS, PPD/PSD.CDS-PP, MSU e BE.

Para constar se publica o presente edital e outros de igual teor que vão ser afixados nos lugares de estilo.

Sesimbra, 14 de setembro de 2018.
A Presidente da Assembleia Municipal,

Joaquina Odete Martins da Graça.